

Diferencial de rendimento por cor e sexo no BRASIL (1987–2001)

Raquel Silvério Matos*

Ana Flávia Machado**

Resumo – O trabalho analisa os diferenciais no rendimento, levando em consideração a discriminação por sexo e cor. Foram utilizadas as informações da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD – de 1987 a 2001. A decomposição de Oaxaca-Blinder foi o método adotado para mostrar a contribuição da cor e do sexo para a desigualdade na distribuição do trabalho no Brasil. Os resultados mostram que há discriminação por sexo e por cor e, no caso específico desta última característica, também menor dotação de escolaridade.

Palavras-chave – Mercado de trabalho. Sexo. Cor. Desigualdade de renda. Decomposição de Oaxaca-Blinder.

JEL – J7, J71, J16

Introdução

O mercado de trabalho é um tema que assume importância na agenda de pesquisas atualmente. Um dos aspectos que chama a atenção, em especial em países de elevada desigualdade na distribuição da renda, é o diferencial de salários entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Este artigo pretende mostrar como homens e mulheres, brancos e negros, têm sido tratados pelo mercado de trabalho no Brasil quanto ao rendimento recebido. O estudo destes grupos tem grande relevância, pois evidencia a forma diferenciada como se desenvolve a trajetória profissional de homens e mulheres e de negros e brancos.

* Economista e pesquisadora do CEDEPLAR. E-mail: raquelsm@pop.com.br.

** Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas/CEDEPLAR/UFMG.
E-mail : afmachad@cedeplar.ufmg.br

A análise de cor, branca e negra, foi feita entre homens e mulheres por meio de variáveis como idade, relação na família, escolaridade, rendimento real/hora, ocupação e posição na ocupação. Para tal são utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) dos anos de 1987-2001.

Para o estudo da desigualdade na distribuição de rendimento usou-se a decomposição de Oaxaca. Foram criados quatro grupos homogêneos – homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras – e dentro de cada um utilizaram-se indivíduos que apresentavam as mesmas características quanto à faixa etária, relação na família, posição na ocupação, ocupação e região.

A seção 1 apresenta um breve histórico sobre a trajetória dos homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, tendo por referência outros autores que trataram do tema. Na seção 2, tem-se uma descrição da fonte de dados e das variáveis utilizadas e uma explicação sobre os grupos homogêneos. A seção 3 apresenta o modelo de Oaxaca-Blinder e mostra os resultados obtidos pela decomposição. E, finalmente, na seção 4 tem-se algumas considerações retiradas do trabalho realizado.

1. Inserção diferenciada e diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, brancos e negros: uma breve revisão bibliográfica

Nos estudos sobre a inserção feminina e masculina no mercado de trabalho observava-se que, tradicionalmente, o papel do homem e da mulher dentro do arranjo doméstico foi sempre bem definido: o homem trabalhava e garantia o sustento da família, enquanto a mulher ficava encarregada de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, dedicando-se menos às atividades profissionais.

O século XX foi, no entanto, um marco neste aspecto, em virtude do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e do aprofundamento das diferenças de gênero. No Brasil, a situação não é diferente da do resto do mundo. Evidencia-se expressivo aumento da taxa de

atividade feminina nos últimos cinquenta anos mas, como se trata de um país marcado pela desigualdade na distribuição da renda, as mulheres formam um dos grupos demográficos mais atingidos pelo revés proporcionado por este contexto (MACHADO, OLIVEIRA E WAJNMAN, 2005).

Vários são os motivos para essa tendência de maior inserção feminina no mercado de trabalho. Culturalmente, os movimentos feministas da década de 1970 contribuíram para reivindicar e assegurar um papel para as mulheres na sociedade que reverteu um padrão consolidado. Neste novo papel, as mulheres buscam não desempenhar somente o papel de mães, mas também de trabalhadoras, já que a perspectiva de realização pessoal passa a englobar outras funções, além da maternidade. Ademais, a redução da fecundidade e a diminuição do tamanho das famílias possibilitaram a realocação de tempo entre trabalho dentro e fora do lar.

As crises do capitalismo, a partir da década de 1960, destituíram o paradigma do pleno-emprego, impondo à mulher a necessidade de entrada no mercado de trabalho para complementação da renda familiar. Segundo MACHADO, OLIVEIRA E WAJNMAN (2005), essa entrada não foi de todo circunstancial porque, com o aumento da escolaridade média feminina, delineia-se uma estratégia permanente por maior participação e liberdade no contexto social.

No Brasil, durante muitas décadas, o homem possuía uma média de escolaridade superior à média da mulher, uma vez que eles eram responsáveis pelo sustento da família e havia um incentivo maior ao estudo para os homens do que para as mulheres, que se dedicavam somente aos afazeres domésticos. No entanto, a partir de 1979, como mostra a Tabela 1, o que ocorre é uma inversão: as mulheres passam a ter mais anos de escolaridade, em média, do que os homens (BRUSCHINI E LOMBARDI, 1996; WAJNMAN, QUEIROZ E LIBERATO, 1998).

Tabela 1 – Taxa de fecundidade e média dos anos de escolaridade de homens e mulheres de 25 anos, Brasil – 1977–1999

Ano	Taxa de fecundidade	Ano	Anos de escolaridade média	
			Homem	Mulher
1950-55	6,15	1977	5,13	5,14
		1978	5,65	5,55
1955-60	6,15	1979	5,64	5,85
		1981	5,98	6,14
1960-65	6,15	1982	5,97	6,11
		1983	6,09	6,21
1965-70	5,38	1984	6,21	6,38
		1985	6,23	6,46
1970-75	4,72	1986	6,24	6,65
		1987	6,30	6,70
1975-80	4,31	1988	6,41	6,87
		1989	6,34	6,99
1980-85	3,74	1990	6,54	7,08
		1992	6,21	6,81
1985-90	3,05	1993	6,34	7,06
		1995	6,51	7,15
1990-95	2,58	1996	6,74	7,37
		1997	6,66	7,51
1995-2000	2,34	1998	6,92	7,57
		1999	7,01	7,79

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da ONU e da PNAD 1977–1999.

Em relação à taxa de atividade feminina observa-se, no Brasil, tendência à convergência com a masculina, tal o ritmo de crescimento nos últimos cinquenta anos. Mesmo na década de 1980, marcada por várias crises econômicas, a intensa terceirização, aliada ao fato de, no período anterior, as mulheres terem sido absorvidas em ocupações específicas que não foram afetadas pela crise – como na administração pública, prestação de serviços no comércio, atividades administrativas, bancárias e sociais – pode explicar a manutenção de taxas crescentes de participação da mulher no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996).

Na década de 1990 o quadro se altera, porque há aumento expressivo da taxa de desemprego, em especial para as mulheres. Mudanças na estrutura econômica, tais como liberalização comercial, privatizações e inovações tecnológicas provocaram uma queda na taxa de emprego industrial. Além disso, houve uma maior informalização das relações de trabalho e uma diminuição da oferta de emprego público. Porém, a taxa de atividade feminina continuou crescendo. Houve uma ampliação do mercado informal, sendo grande parte do contingente feminino absorvido por esse setor como também pelo emprego doméstico (BRUSCHINI, LOMBARDI, 1996; WAJNMAN, QUEIROZ, LIBERATO, 1998).

Apesar do notável avanço na participação no mercado de trabalho e da redução na diferença de rendimentos entre homens e mulheres, as mulheres ainda enfrentam muitas barreiras. Embora declinante, o diferencial é ainda elevado no Brasil. Os homens ganham, em média, 60% a mais do que as mulheres (MACHADO, OLIVEIRA, WAJNMAN, 2005).

Como bem salientado por SOARES E OLIVEIRA (2004), as diferenças de salários entre homens e mulheres resultam de efeitos combinados de duas situações: homens e mulheres, em um mesmo posto de trabalho, recebem salários diferentes, e as mulheres se inserem em atividades ditas “femininas”, localizadas na base da pirâmide salarial, como empregos domésticos e prestação de serviços pessoais, entre outros.

O primeiro efeito, apontado como discriminação pura, constitui em tratar desigualmente pessoas iguais do ponto de vista produtivo. Considerando a escolaridade como uma *proxy* para produtividade, se não houvesse discriminação, os menores rendimentos femininos poderiam ser explicados por menores credenciais produtivas das mulheres, comparativamente aos homens. Mas o que ocorre é justamente o contrário. Como já mostrado na Tabela 1 e em outros trabalhos (BRUSCHINI, LOMBARDI, 1996; DIEESE, 2001; KASSOUF, 2002; OLIVEIRA, MACHADO, 2000; EHRENBERG, SMITH (2000); MACHADO, OLIVEIRA E WAJNMAN, 2005), as mulheres são mais produtivas porque, em média, possuem mais anos de estudo do que os homens.

BLAU E KAHN (2001), em um estudo recente sobre o diferencial de salário por sexo em 22 países, no período de 1985-1994, destacaram outras variáveis que podem influenciar essa desigualdade e observaram que esta é menor se a estrutura salarial masculina for mais comprimida e se a provisão de trabalho feminina for menor. Além disso, constataram aqueles

autores que a extensão da cobertura da barganha coletiva em cada país é relacionada negativamente com o diferencial de salário por sexo.

No que tange a diferenciais de rendimento por cor, tem-se que a taxa de participação dos negros (grupo formado por pardos e pretos) é maior que a dos brancos. Pode-se considerar que esta parcela da População Economicamente Ativa – PEA – tem uma necessidade maior de estar dentro do mercado de trabalho, pois pertencem a um grupo com um alto nível de pobreza (HENRIQUES, 2001). MONSUETO (2003) reafirma essa tendência, ao evidenciar que os não-brancos estão sobre-representados entre os 25% mais pobres, enquanto os brancos representam a maior parcela dos 10% mais ricos.

Essa diferença de participação ocorre de forma diferenciada entre homens brancos e negros. EHRENBERG E SMITH (2000) constataram que, no mercado de trabalho norte-americano, os negros têm tido taxas de participação na força de trabalho mais baixas do que os brancos. Eles atribuem essa diferença ao fato de os homens negros possuírem níveis de escolaridade abaixo da média e por estarem mais sujeitos ao desalento provocado pela maior duração do desemprego. A taxa de desemprego, no caso brasileiro, é maior para o grupo dos homens negros e das mulheres negras, quando comparada à dos homens brancos e das mulheres brancas.

A escolaridade de brancos e negros vem aumentando ao longo dos anos. Como se pode observar na Tabela 2, as mulheres brancas e as mulheres negras estão à frente dos homens brancos e dos homens negros, respectivamente, quanto à média de escolaridade.

Tabela 2 – Média dos anos de escolaridade de homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras de 25 anos Brasil, PNAD –1987–1999

Anos	Homens Brancos	Mulheres Brancas	Homens Negros	Mulheres Negras
1987	7,27	7,55	4,85	5,39
1988	7,50	7,83	5,12	5,41
1989	7,31	7,82	4,92	5,64
1990	7,57	7,96	5,21	5,75
1992	7,08	7,71	5,18	5,52
1993	7,17	7,89	5,49	5,94
1995	7,62	8,00	5,38	6,30
1996	7,73	8,16	5,53	6,38
1997	7,78	8,43	5,54	6,46
1998	7,94	8,58	5,81	6,59
1999	8,24	8,73	5,81	6,79

Fonte: PNAD 1987–1999.

E, da mesma forma, o mercado de trabalho absorve de forma diferenciada cada indivíduo, de acordo com o seu sexo e a sua cor. Há uma maior concentração de negros em postos de trabalho mais precários ou vulneráveis, que são ocupados pelas mulheres negras em maior proporção do que pelas mulheres não negras (DIEESE, 2001; OLIVEIRA E RIBEIRO, 1998).

Quanto aos rendimentos, tem-se que, entre os homens brancos e negros, há uma grande diferença de rendimentos, os brancos percebem um nível de rendimento superior ao dos negros. No caso da mulher negra, a diferença é ainda maior, sendo esse o grupo que recebe menos em qualquer situação (DIEESE, 2001; EHRENBERG E SMITH, 2000).

Além disso, os negros têm uma entrada mais precoce no mercado de trabalho e nele permanecem mais tempo (BELTRÃO ET AL., 2003; DIEESE, 2001). Por esse motivo, os negros acabam abandonando os estudos para trabalhar. Como os brancos entram mais tarde no mercado de trabalho, eles têm a oportunidade de se dedicar ao processo de formação, o que gera grande desigualdade educacional entre negros e não negros (HENRIQUES, 2001). É importante ressaltar que, por conta do nível de escolaridade inferior, os negros assumem postos de trabalho mais precários e possuem um rendimento médio menor do que os brancos¹.

2. Evidências da inserção diferenciada e do diferencial de rendimento: uma contribuição a partir da PNAD

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – configuram a base de informações deste artigo, recorrendo aos resultados dos questionários realizados nos anos de 1987-2001. A opção por estes anos se justifica pelo fato de que a variável cor, muito importante para este trabalho, só consta nos questionários da PNAD de forma regular e sistemática² a partir de 1987.

Para o cômputo da taxa de participação no mercado de trabalho, a variável foi classificada em dois grupos: economicamente ativa e não economicamente ativa. Considerou-se ativo aquele indivíduo com dez anos ou mais e que trabalhou ou procurou trabalho por quinze horas ou mais por semana, durante a semana de referência. Esse era o conceito utilizado pela PNAD realizada até o ano de 1990. A partir de 1992, adotou-se um novo conceito de atividade, considerando-se economicamente ativo aquele indivíduo que se dedica a uma ocupação durante, pelo menos, uma hora por semana na semana de referência. Optou-se por adotar o conceito anterior para evitar a perda das informações contidas nas pesquisas de 1987-1990, compatibilizando-se a série histórica.

2.1 Definição das variáveis

A análise se restringe às cores branca e negra. Os indivíduos que se declaram na entrevista da PNAD como “branco” são considerados pertencentes à cor branca³. Os indivíduos que responderam “pardo” ou “preto” são considerados pertencentes à cor negra. A Tabela 3 mostra a porcentagem dos indivíduos de cada cor.

Aqueles indivíduos que responderam como sendo “indígena” ou “amarelo” não foram considerados nesse trabalho, porque o número dessas observações é pouco representativo para análise. Isto pode ser visto na Tabela. 3, que, além de mostrar a distribuição dos indivíduos de acordo com a sua resposta, mostra a evolução dessa distribuição ao longo de diversas PNADs. Como se pode notar, não houve nenhuma variação brusca ao longo dos anos.

Tabela 3 – Porcentagem de indivíduos de cada cor, Brasil, 1987–2001

Anos	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Total
1987	52,52	5,44	41,58	0,45	-	299.704
1988	50,54	5,22	43,85	0,36	-	298.368
1989	50,61	4,99	44,03	0,37	-	301.312
1990	50,25	4,78	44,61	0,36	-	306.493
1992	51,59	5,48	42,53	0,32	0,09	317.355
1993	51,54	5,25	42,69	0,38	0,13	322.205
1995	51,40	5,01	43,13	0,34	0,11	334.236
1996	52,10	6,15	41,21	0,34	0,18	331.263
1997	51,20	5,48	42,85	0,31	0,15	365.870
1998	50,88	5,91	42,57	0,39	0,24	344.975
1999	50,73	5,48	43,24	0,35	0,19	374.088
2001	49,27	5,77	44,45	0,35	0,15	378.837

Fonte: PNAD 1987–1999.

Nota: Os anos de 1987 a 1990 não possuem a opção “indígena” como resposta.

Para analisar o diferencial do nível de renda por gênero e cor, criaram-se quatro sub-amostras (de mulheres brancas, de mulheres negras, de homens brancos e de homens negros), que dão origem a diversos grupos homogêneos. A sub-amostra das mulheres brancas contém 1.046.434 indivíduos, a dos homens brancos 960.652 indivíduos, a das mulheres negras 958.877 indivíduos e a dos homens negros contém 948.592 indivíduos, no período como um todo.

Dentro de cada sub-amostra, criaram-se grupos homogêneos em termos de idade, grande região de residência, ramo de atividade, relação na família, posição na ocupação, anos de escolaridade e rendimento real por hora⁴.

A variável idade foi dividida em seis faixas etárias: 10 a 18 anos, 19 a 24 anos, 25 a 35 anos, 36 a 45 anos, 46 a 54 anos e 55 ou mais anos de idade. Trabalhou-se com as cinco grandes regiões do Brasil: Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. O ramo de atividade foi dividido em onze grupos definidos pela PNAD: Agrícola, Indústria de transformação, Indústria da construção, Outras atividades industriais, Comércio de mercadorias, Prestação de serviços, Serviços auxiliares da atividade econômica,

Transporte e comunicação, Social, Administração pública e Outras atividades.

Quanto à relação na família, as respostas foram reagrupadas nas categorias de chefe, cônjuge e outros (sendo que os filhos se enquadram nesta categoria).

A posição na ocupação está dividida entre formal (indivíduos com carteira assinada, funcionários públicos e empregadores) e informal (sem carteira assinada, conta própria e sem remuneração). A variável escolaridade varia de zero a quinze ou mais anos de estudo.

2.2 Grupos homogêneos

Combinando os seis grupos de idade, as cinco regiões, os três grupos de relação na família, os dois grupos da posição na ocupação e os onze grupos ocupacionais, têm-se 1.980 grupos homogêneos para cada ano da PNAD que está servindo como identificador dos grupos analisados.

Para análise do diferencial de rendimento, trabalhou-se com a média do rendimento real por hora e com a média de escolaridade de cada grupo homogêneo. Um indivíduo que pertença a um grupo homogêneo é aquele que apresenta as mesmas características que todos os demais para todas as sete variáveis (sexo, cor, faixa etária, relação na família, posição na ocupação, região e ramo de atividade).

3. Decomposição de Oaxaca-Blinder para o Brasil: resultados no período de 1987 a 2001

Para analisar o diferencial de rendimento entre homens e mulheres, brancos e negros, o primeiro passo é estimar quatro regressões que supõem o salário sendo afetado pela escolaridade, de acordo com cada grupo homogêneo que utiliza as variáveis de controle, tais como idade, condição na família, posição na ocupação e ramo de atividade, e está identificado de acordo com o ano (D_t):

Função de rendimento do trabalho para homens brancos: $\text{Log}W_{jhb} = \alpha_{jhb} + \beta_{jhb} S_{jhb} + d_t$

Função de rendimento do trabalho para mulheres brancas: $\text{Log}W_{jmb} = \alpha_{jmb} + \beta_{jmb} S_{jmb} + d_t$

Função de rendimento do trabalho para homens negros: $\text{Log}W_{jhn} = \alpha_{jhn} + \beta_{jhn} S_{jhn} + d_t$

Função de rendimento do trabalho para mulheres negras: $\text{Log}W_{jmn} = \alpha_{jmn} + \beta_{jmn} S_{jmn} + d_t$

Onde W é o logaritmo do rendimento médio do grupo homogêneo; j refere-se ao grupo homogêneo; α é o intercepto da função de salário, que é uma medida do rendimento para quem não tem escolaridade; S é a escolaridade média do grupo homogêneo; β é o coeficiente que mede o acréscimo no rendimento devido a mais 1 ano de escolaridade; e d_t é uma *dummy* de período.

Caso os empregadores valorizem de forma equivalente o retorno da educação adquirida por homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, os quatro coeficientes devem ser iguais ($\beta_{jhb} = \beta_{jmb} = \beta_{jhn} = \beta_{jmn}$). Da mesma forma, se os empregadores atribuírem o mesmo valor às habilidades não-mensuradas de homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras que são analfabetos, os quatro interceptos devem ser os mesmos ($\alpha_{jhb} = \alpha_{jmb} = \alpha_{jhn} = \alpha_{jmn}$).

A partir desses modelos de regressão e considerando que o diferencial de salário é igual à média salarial de um grupo menos a média salarial de outro grupo (por exemplo: $\Delta \hat{W} = \hat{W}_{hb} - \hat{W}_{mb}$), especificam-se as seguintes equações de diferencial de salário:

$$\text{Equação 1: } \Delta \hat{W} = \alpha_{jhb} + \beta_{jhb} \hat{S}_{jhb} - \alpha_{jhn} - \beta_{jhn} \hat{S}_{jhn}$$

$$\text{Equação 2: } \Delta \hat{W} = \alpha_{jhb} + \beta_{jhb} \hat{S}_{jhb} - \alpha_{jmb} - \beta_{jmb} \hat{S}_{jmb}$$

$$\text{Equação 3: } \Delta \hat{W} = \alpha_{jhn} + \beta_{jhn} \hat{S}_{jhn} - \alpha_{jmn} + \beta_{jmn} \hat{S}_{jmn}$$

$$\text{Equação 4: } \Delta \hat{W} = \alpha_{jmb} + \beta_{jmb} \hat{S}_{jmb} - \alpha_{jmn} + \beta_{jmn} \hat{S}_{jmn}$$

onde \hat{S} indica os anos de escolaridade média.

Na Equação 1 tem-se a comparação entre o rendimento de homens brancos e homens negros; na Equação 2, entre homens brancos e mulheres brancas; na Equação 3 considera-se o diferencial de rendimento entre homens negros e mulheres negras; e na Equação 4, entre mulheres brancas e mulheres negras. As Equações 1 e 4 tratam da discriminação por cor e as Equações 2 e 3 tratam da discriminação por sexo. O segundo passo

é, partindo destas equações, decompor o diferencial de rendimento em duas partes: uma parte sendo atribuída às diferentes habilidades (resumidas pelo diferencial de escolaridade) que homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras detêm, e uma outra parte atribuída a fatores não-observados, creditada à discriminação do mercado de trabalho. Esta decomposição é conhecida como Decomposição de Oaxaca-Blinder (OAXACA, 1973 e 1994).

Para auxiliar no cálculo da decomposição, somou-se e subtraiu-se o termo $\beta_{jhb} \hat{S}_{jhn}$ na Equação 1, $\beta_{jhb} \hat{S}_{jmb}$ na Equação 2, $\beta_{jhn} \hat{S}_{jmn}$ na Equação 3 e $\beta_{jmb} \hat{S}_{jmn}$ na Equação 4:

$$\text{Equação 1: } \Delta \hat{W} = (\alpha_{jhb} - \alpha_{jhn}) + (\beta_{jhb} - \beta_{jhn}) \hat{S}_{jhn} + \beta_{jhb} (\hat{S}_{jhb} - \hat{S}_{jhn})$$

$$\text{Equação 2: } \Delta \hat{W} = (\alpha_{jhb} - \alpha_{jmb}) + (\beta_{jhb} - \beta_{jmb}) \hat{S}_{jmb} + \beta_{jhb} (\hat{S}_{jhb} - \hat{S}_{jmb})$$

$$\text{Equação 3: } \Delta \hat{W} = (\alpha_{jhn} - \alpha_{jmn}) + (\beta_{jhn} - \beta_{jmn}) \hat{S}_{jmn} + \beta_{jhn} (\hat{S}_{jhn} - \hat{S}_{jmn})$$

$$\text{Equação 4: } \Delta \hat{W} = \underbrace{(\alpha_{jmb} - \alpha_{jmn}) + (\beta_{jmb} - \beta_{jmn}) \hat{S}_{jmb}}_{\text{Diferencial devido}} + \underbrace{\beta_{jmb} (\hat{S}_{jmb} - \hat{S}_{jmn})}_{\text{à discriminação}}$$

↓
Diferencial devido
à discriminação

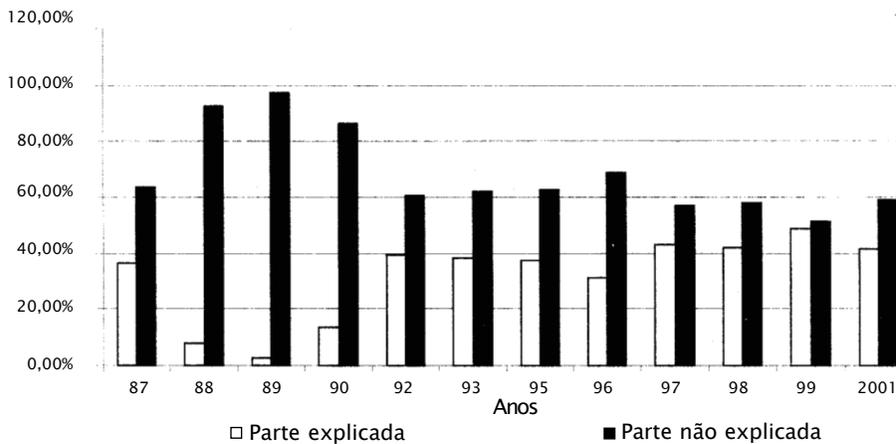
↓
Diferencial devido à
diferença de habilidade

O primeiro termo da Equação 2, por exemplo, é positivo se o empregador atribuir um retorno maior à escolaridade do homem branco em relação à mesma escolaridade da mulher branca ($\beta_{jhb} > \beta_{jmb}$) ou se o empregador oferecer um salário maior ao homem branco em relação à mulher branca por qualquer nível de escolaridade ($\alpha_{jhb} > \alpha_{jmb}$), controlando pelas outras variáveis que configuram os grupos homogêneos, isto é, faixa etária, relação na família, posição na ocupação, ramo de atividade e região.

A utilização da decomposição de Oaxaca-Blinder é interessante, porque permite a comparação do rendimento de dois grupos distintos de indivíduos, separando as possíveis contribuições para um diferencial de rendimento em duas partes: uma devido à discriminação e outra devido às diferenças de habilidade.

3.1 Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder: Homens brancos e homens negros

O Gráfico 1 mostra os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para análise da desigualdade de renda entre homens brancos e homens negros, ao longo dos anos. O intuito é avaliar se o diferencial de rendimento entre indivíduos do sexo masculino se deve, em alguma medida, à discriminação racial e como evoluiu ao longo dos anos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Gráfico 1 – Percentual de explicação e não explicação dos diferenciais de rendimento por escolaridade – Homens Brancos X Homens Negros

O gráfico mostra que, apesar das oscilações anuais, no geral, houve diminuição da parte não explicada. Isso significa que, no período em análise, o diferencial passou a ser explicado mais pela baixa escolaridade dos negros do que pela discriminação que eles sofrem.

Tabela 4 – Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para homens brancos e homens negros

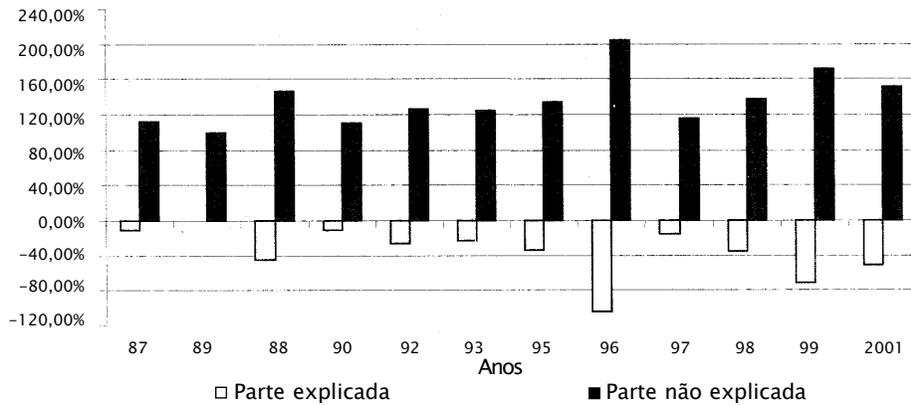
Diferencial $\Delta \hat{w}$		Termo de Discriminação		Diferença de Habilidade	
$\text{Log} \hat{w}_{hb} - \text{Log} \hat{w}_{hn}$		$(\alpha_{jhb} - \alpha_{jhn}) + (\beta_{jhb} - \beta_{jhn}) \hat{s}_{jhn}$		$\beta_{jhb} (\hat{s}_{jhb} - \hat{s}_{jhn})$	
1988	2001	1988	2001	1988	2001
0,2106	100,00%	0,1734	100,00%	0,1945	92,36%
0,1021	58,87%	0,0161	7,64%	0,0713	41,13%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Na Tabela 4 temos um comparativo entre os resultados de 1988 e 2001, confirmando a descrição do Gráfico 1. Como podemos analisar, apesar de ainda existente, a discriminação racial como fator de explicação da desigualdade de renda entre negros e brancos reduz cerca de trinta e três pontos percentuais entre 1988 e 2001.

Homens brancos e mulheres brancas

Como mostra o Gráfico 2, abaixo, poucas mudanças ocorreram ao longo dos anos. A parte não explicada do diferencial de renda apresenta tendência ascendente, indicando presença de discriminação por sexo no período. Todavia, esta evolução deve ser analisada com cuidado, porque, na decomposição, o que aumenta é o peso do diferencial não explicado e não o valor do diferencial em termos absolutos. Como a diferença de escolaridade (diferença de habilidade na Tabela 5) torna-se ainda mais favorável às mulheres, o peso da contribuição de fatores não-observáveis aumenta em cinquenta pontos percentuais, mas a parcela, em valor absoluto, atribuída ao termo de discriminação diminui de 0,1305 para 0,0811.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Gráfico 2 - Percentual de explicação e não explicação dos diferenciais de rendimento por escolaridade - Homens Brancos X Mulheres Brancas

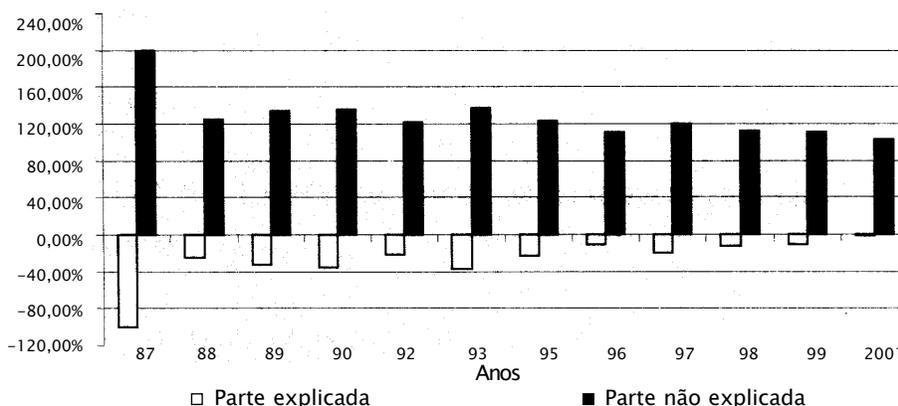
Tabela 5 - Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para Homens Brancos e Mulheres Brancas

Diferencial $\Delta \hat{w}$ $\text{Log} \hat{w}_{hb} - \text{Log} \hat{w}_{mb}$		Termo de Discriminação $(\alpha_{jhb} - \alpha_{jmb}) + (\beta_{jhb} - \beta_{jmb}) \hat{s}_{jhn}$		Diferença de Habilidade $\beta_{jhb} (\hat{s}_{jhb} - \hat{s}_{jmb})$	
1987	2001	1987	2001	1987	2001
0,1171	0,0536	0,1305	0,0811	-0,0134	-0,0275
100,00%	100,00%	111,45%	151,24%	-11,45%	-51,24%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Homens negros e mulheres negras

Os resultados da decomposição de Oaxaca para análise da desigualdade de renda entre homens negros e mulheres negras estão no Gráfico 3 e na Tabela 6, abaixo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Gráfico 3 - Percentual de explicação e não explicação dos diferenciais de rendimento por escolaridade - Homens Negros X Mulheres Negras

Em relação a homens e mulheres negras observamos, no Gráfico 3, que a participação do diferencial não explicado cai no decorrer do período como um todo. Porém, em valores absolutos (Tabela 6), há um aumento do diferencial de rendimento a favor dos homens negros. Este aumento é decorrente do acréscimo no componente não explicado do rendimento, ou seja, da discriminação. A magnitude deste componente em 2001 (0,1135) é tal que atenua o efeito da convergência na escolaridade entre homens negros e mulheres negras. O diferencial explicado pela escolaridade torna-se próximo de 0 em 2001 (-0,0023).

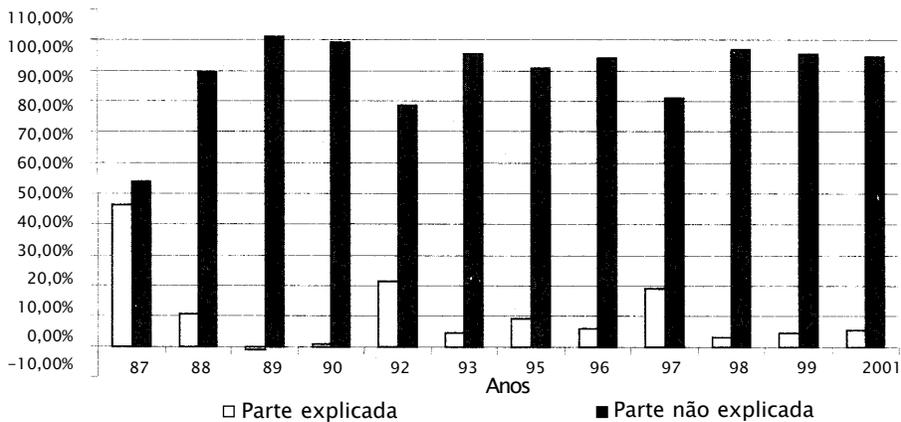
Tabela 6 - Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para Homens Negros e Mulheres Negras

Diferencial $\Delta \hat{w}$		Termo de Discriminação		Diferença de Habilidade	
$\text{Log} \hat{w}_{hn} - \text{Log} \hat{w}_{mn}$		$(\alpha_{jhn} - \alpha_{jmn}) + (\beta_{jhn} - \beta_{jmn}) \hat{s}_{jmn}$		$\beta_{jhn} (\hat{s}_{jhn} - \hat{s}_{jmn})$	
1987	2001	1987	2001	1987	2001
0,0501	0,1111	0,1002	0,1135	-0,0501	-0,0023
100,00%	100,00%	199,95%	102,10%	-99,95%	-2,10%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Mulheres brancas e mulheres negras

Os resultados da desigualdade de renda entre mulheres brancas e negras estão no Gráfico 4 e na Tabela 7, abaixo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Gráfico 4 - Percentual de explicação e não explicação dos diferenciais de rendimento por escolaridade - Mulheres Brancas X Mulheres Negras

No caso do diferencial entre mulheres brancas e negras notamos aumento do diferencial em valores absolutos entre 1987 e 2001 (Tabela 7), em decorrência de fatores não explicados, uma vez que o diferencial relativo ao retorno da escolaridade diminuiu. Ao longo da série (Gráfico 4), verificamos elevação da parcela atribuída à discriminação por cor, até o ano de 1990. A partir de então, há registro de comportamento errático. No ano de 2001, a parcela não explicada do diferencial era de 94,49% (Tabela 7).

Tabela 7 – Resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder para Mulheres Brancas e Mulheres Negras

Diferencial $\Delta \hat{w}$		Termo de Discriminação		Diferença de Habilidade	
$\text{Log} \hat{w}_{mb} - \text{Log} \hat{w}_{mn}$		$(\alpha_{jmb} - \alpha_{jmn}) + (\beta_{jmb} - \beta_{jmn}) \hat{s}_{jmn}$		$\beta_{jmb} (\hat{s}_{jmb} - \hat{s}_{jmn})$	
1987	2001	1987	2001	1987	2001
0,0716	0,2309	0,0386	0,2182	0,0330	0,0127
100,00%	100,00%	53,89%	94,49%	46,11%	5,51%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD.

Embora esteja ocorrendo convergência no diferencial atribuído à escolaridade, este é ainda positivo e favorável às mulheres brancas (Tabela 7). A parcela identificada com o componente discriminatório é muito alta e sugere que haja um outro efeito subjacente à discriminação, a inserção relativamente maior de mulheres negras em ocupações mais precárias e que remuneram menos, ou seja, um efeito de segregação ocupacional. A título de exemplo, cerca de 16% das mulheres ocupadas no Brasil estão em empregos domésticos, sendo a grande maioria constituída por mulheres negras.

5. Considerações finais

Esse artigo é mais uma evidência da presença de discriminação por sexo e por cor no Brasil. Em relação à extensa bibliografia já publicada sobre o tema no Brasil, o artigo traz a novidade de utilizar *cross sections* empilhadas, possibilitando a análise da evolução da discriminação por cor e sexo de 1987 a 2001.

A decomposição de Oaxaca-Blinder, através da utilização dos microdados da PNAD no período em questão, mostra que, se a comparação é feita entre homens e mulheres da mesma cor, há redução do diferencial de rendimentos e o que ainda se mantém a favor dos homens se deve somente a fatores associados à discriminação por sexo. As mulheres brancas e as mulheres negras apresentam uma média de escolaridade superior às médias apresentadas pelos homens brancos e negros, respectivamente, contando com a diferença de habilidade a seu favor.

Quando a comparação é feita no âmbito da cor, para um mesmo sexo, constatamos que uma parte deste diferencial se deve a fatores associados à discriminação. Porém, a outra parte, significativa, deve-se ao fato de negros apresentarem uma deficiência quanto à dotação do atributo em questão, em especial os homens. Tal resultado corrobora o relatado na seção 2: a escolaridade média dos negros, tanto do sexo masculino quanto do feminino, é inferior à dos brancos.

A situação das mulheres negras é pior em termos de rendimento. Em comparação às brancas, apresentam menor nível de escolaridade média e, por isso, devem estar mais sujeitas à discriminação e à segregação ocupacional. Esse grupo tende a ocupar postos de trabalho precários e, por isso, detém o pior rendimento real/hora médio se comparado ao das mulheres brancas e ao dos homens brancos e negros.

Concluindo, a desigualdade de rendimento do trabalho no Brasil é ainda uma questão de sexo e, sobretudo, de cor. Em que pese a tendência de convergência do rendimento dos homens e das mulheres, há evidências de forte discriminação, pois as mulheres são, em média, mais escolarizadas do que os homens.

The gender and the race wage gap in Brazil (1987–2001)

Abstract – The aim of this paper is to analyze the wage differentials, mainly, the effects of discrimination by gender and race. In order to do that, we used data from National Household Survey - PNAD - of 1987 a 2001. The results from Oaxaca-Blinder decomposition show that the contribution of race and gender in the inequality in Brazil is significant, because we observe gender discrimination and an insufficient educational degree in the case of black workers.

Key words — Labor market. Gender. Race. Inequality. Oaxaca decomposition.

Notas

- ¹ KASSOUF (2002) fez um trabalho com o intuito de analisar o efeito da entrada precoce no mercado de trabalho sobre a escolaridade e desta sobre o rendimento. A autora nota que, quanto maior for a idade de entrada do indivíduo, maior será a sua escolaridade e, conseqüentemente, maior será o nível de renda.
- ² No questionário realizado no ano de 1982 e 1986 foi incluída a variável cor. Porém, como não houve uma seqüência, optou-se por não utilizar os dados desses anos com o intuito de não quebrar a série.
- ³ A variável cor possui o viés de ser autodefinida, ou seja, é o entrevistado quem declara a sua cor. Assim sendo, pode acontecer de uma amostra de uma determinada cor estar superestimada ou subestimada. Na literatura, tem-se discutido muito a respeito deste tema.
- ⁴ Para transformar o rendimento na atividade principal em rendimento hora a preços constantes de 2001, utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – do IBGE. O valor encontrado foi dividido pelo número de horas trabalhadas mensal, que precisou ser multiplicado por 4,4, porque a informação do número de horas trabalhadas fornecida pelo questionário da PNAD refere-se à semana e não ao mês.

Referências bibliográficas

- BELTRÃO, K.I. et al. Mercado de trabalho: Clivagens raciais. In: BENECKE, D.W.; NASCIMENTO, R. (Org.) *Política social preventiva: Desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003. p. 361-389.
- BLAU, F.D.; KAHN, L.M. *Understanding international differences in the gender pay gap*. Cambridge (MA): NBER, 2001. 50 p. (NBER Working Paper, n. 8200).
- BORJAS, G.J. *Labor economics*. New York: Mac-Graw-Hill, 1996. p. 336-340.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1, p. 483-516.
- CASTRO, M.G. Mulheres chefes de família, esposas e filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 8., Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990. v.2, p.307-334.

- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001. 354 p.
- EHRENBERG, R.G.; SMITH, R.S. *A moderna economia do trabalho*: Teoria e política econômica. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000. p.454-469.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil*: Evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 807).
- KASSOUF, A.L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens: Controlando o background familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Ouro Preto, 2002. *Anais...* Ouro Preto: ABEP, 2002. p.2-24.
- MACHADO, A.F.; OLIVEIRA, A.M.H.C; WAJNMAN, S. Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. (Série Estudos do Trabalho – Coletânea Gelre, n. 3, ago. 2005).
- MAIA, K.; LIRA, S.A. *A mulher no mercado de trabalho*. Curitiba: UFPR, 2002. 26p.
- MONSUETO, S.E. *Distribuição de renda no Brasil*: A situação dos 25% mais pobres. 2003. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- OAXACA, R.L. Male-female differentials in urban labor market. *International Economic Review*, v.14, n.3, p.693-709, Oct. 1973.
- OAXACA, R.L.; RANSON, M.R. On discrimination and the decomposition of wage differentials. *Journal of Econometrics*, v.61, n.1, p.5-21, Mar.1994.
- OLIVEIRA, A.M.H.C. *Acumulando informações e estudando mudanças ao longo do tempo*: Análises longitudinais do mercado de trabalho brasileiro. 138 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- OLIVEIRA, A.M.H.C.; MACHADO, A.F. Mobilidade ocupacional e rendimentos no Brasil metropolitano – 1991/96. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 117-156, abr. 2000.

OLIVEIRA, A.M.H.C.; RIBEIRO, P.M. Diferenciais ocupacionais por cor e gênero no mercado de trabalho metropolitano no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 9. *Anais...* Caxambu, 1998. Caxambu: ABEP, 1998. p. 2687-2717.

OLIVEIRA, A.M.M.; SANTOS, E.C. A participação das mulheres no mercado de trabalho: Uma análise das taxas de atividade femininas – Brasil 1984-1987. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 8., Caxambu, 1990. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1990. v.2, p.245-268.

SOARES, C.; OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 5-33, jun. 2004.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.L.; LIBERATO, V.C. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., Caxambu, 1998. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. p. 2429-2454.

*Recebido para publicação em abril de 2005.
Aprovado para publicação em setembro de 2005.*

Anexo 1 – Tabela com os coeficientes das regressões

	Mulheres Negras				Mulheres Brancas				Homens Negros				Homens Brancos			
	Intercepto	Variável	R ²	F	Intercepto	Variável	R ²	F	Intercepto	Variável	R ²	F	Intercepto	Variável	R ²	F
1987	-0,56700	0,0331	0,129	93,27	-0,667	0,0428	0,183	171,6	-0,5670	0,036	0,116	124,5	-0,448	0,0296	0,071	71,97
1988	-0,67768	0,0395	0,162	88,12	-0,27372	0,017325	0,033	29,33	-0,4224	0,0417	0,179	75,90	-0,05355	0,0049	0,0018	0,247
1989	-0,39194	0,0328	0,110	27,96	0,0483	-0,0011	0,014	0,018	-0,1711	0,01297	0,014	4,136	0,04165	0,0032	0,0627	0,243
1990	-0,22847	0,02517	0,050	54,54	0,098543	0,001072	0,015	0,086	-0,088	0,02332	0,052	49,96	0,08241	0,0071	0,0356	3,257
1992	-0,06485	0,02263	0,061	60,55	0,081612	0,014055	0,014	9,815	0,0974	0,030476	0,076	104,9	0,15616	0,0377	0,1005	143,3
1993	0,08454	0,0216	0,032	3,27	0,210346	0,005843	0,020	2,612	0,07203	0,026199	0,056	76,16	0,11642	0,0426	0,1910	274,3
1995	0,082242	-0,0138	0,116	0,110	0,16845	0,013122	0,010	10,33	0,08308	0,022389	0,042	54,36	0,10821	0,0401	0,1440	195,8
1996	0,121599	-0,0514	0,19	0,024	0,318003	0,009843	0,095	7,454	0,20192	0,01243	0,012	17,39	0,21833	0,0317	0,073	107,6
1997	0,28919	-0,0079	0,043	6,139	0,28364	0,01465	0,017	19,20	0,2400	0,01294	0,012	17,70	0,23289	0,0444	0,134	130,3
1998	0,251258	0,00036	0,098	0,014	0,43333	0,00506	0,022	1,708	0,2662	0,011815	0,011	15,80	0,19439	0,0433	0,1304	219,3
1999	0,25607	-0,0014	0,014	0,202	0,42228	0,009138	0,069	7,936	0,28902	0,00777	0,045	6,540	0,13844	0,0522	0,1773	309,6
2001	0,30048	-0,0121	0,098	23,20	0,37617	0,007706	0,041	9,688	0,30336	0,003276	0,089	2,079	0,15591	0,0418	0,1190	314,0